

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.518.762 - ES (2019/0163241-5)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE : INCOSPAL CONSTRUÇOES PRE-FABRICADAS SA
ADVOGADOS : WERNER BRAUN RIZK - ES011018
BRUNO COLODETTI E OUTRO(S) - ES011376
CAIO MARTINS ROCHA - ES022863
CARLOS EDUARDO GUINLE RIZZO SOARES - RJ180959
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de Agravo de decisão que inadmitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "c", da CF) interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região cuja ementa é a seguinte:

APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO REGRESSIVA. INSS. PRESCRIÇÃO. NÃO CONFIGURADA. ACIDENTE DE TRABALHO. ART. 120 DA LEI Nº 8.213/91. NEGLIGÊNCIA DO EMPREGADOR CONFIGURADA.

1. Recurso de Apelação interposto em face de sentença proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível do Espírito Santo que julgou extinto o processo pela existência de prescrição.

2. O caso em análise diz respeito à Ação Regressiva acidentária, em sede ordinária, por meio da qual se objetivava o ressarcimento por gastos correspondentes a parcelas vencidas e vincendas decorrentes da concessão do benefício previdenciário de pensão por morte à viúva de segurado falecido.

3. A sentença impugnada considerou que o prazo prescricional aplicável à presente ação seria o previsto no art. 206, §3º do Código Civil, estipulado em 3 anos. Todavia, a recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem aplicando às ações regressivas por acidente de trabalho ajuizadas pelo INSS a regra de prescrição quinquenal prevista no Decreto 20.910/32, de sorte a afastar a aplicabilidade das normas do Código Civil. (STJ, 2ª Turma, RESP 1.519.386, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJE 05.08.2015; STJ, 1ª Turma, AGRESP 1.365.905, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJE 25.11.2014) 4. Caso em que não se passaram 5 (cinco) anos entre a data em que o benefício foi concedido e a propositura da presente ação.

5. A ação regressiva proposta pelo INSS encontra previsão legal nos artigos 120 e 121 da Lei nº 8.213/91 e é instrumento que possui dupla finalidade, pois, ao mesmo tempo em que possui caráter ressarcitório - buscando devolver aos cofres públicos o valor gasto com o pagamento de

benefícios previdenciários, concedidos em razão da negligência das empresas empregadoras em relação às normas de segurança do trabalho - possui caráter pedagógico/preventivo - visando adequar a empresa infratora aos padrões de segurança, para que sejam evitados novos acidentes. (TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0127052- 68.2014.4.02.5117, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 7.8.2017) 6. Cabe ressaltar que eventual responsabilidade do empregador em casos semelhantes ao dos autos tem como fundamento a repartição do risco social, haja vista que os danos gerados pela conduta culposa do empregador ao INSS, decorrentes de acidentes do trabalho, não devem ser suportados por toda a sociedade, por se tratar de conduta ilícita da empresa, que não observou as medidas de proteção à segurança do trabalhador. (TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0005720-56.2012.4.02.5101, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 18.2.2014).

7. Nesse contexto, a procedência do pleito de regresso, formulado na forma do art. 120 da Lei 8.213/91, pressupõe ação dolosa ou negligência por parte das empresas demandadas, tendo em vista que o INSS somente atua na qualidade de segurador quando o sinistro decorrer de caso fortuito ou força maior. (TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0100559-79.2012.4.02.5002, E-DJF2R 25.4.2017).

8. A demandada defende, com base no depoimento de informante, que, em tese, teria cumprido com os aspectos ergonômicos do ambiente laboral, uma vez que, mesmo que a vítima estivesse com o EPI, o acidente teria ocorrido. Todavia, esse fato não afasta a responsabilidade da recorrida em comprovar o cumprimento das normas relativas à segurança do trabalho. Ao revés, os equipamentos do ambiente laboral não eram compatíveis com a atividade exercida, havendo, por conseguinte, desrespeito aos itens 17.4.1 e 17.5.1 da NR17.

9. Caso em que ficou configurado que o acidente do segurado decorreu da ausência de fiscalização quanto à área de risco da atividade e da distribuição de equipamentos de proteção, não se cogitando de atuação negligente da vítima. Nesse sentido: TRF2, 7ª Turma Especializada, AC 200750010109240, Rel. Des. Fed. REIS FRIEDE, E-DJF2R 12.11.2013; TRF2, 8ª Turma Especializada, AC 200950010000408, Rel. Des. Fed. POUL ERIK DYRLUND, E-DJF2R 20.4.2010.

10. Competiria à empresa demandada, portanto, zelar pela segurança dos empregados que contrata, organizando suas atividades sem perder de vista os riscos a elas inerentes e o fornecimento equipamento adequado, além de manter supervisão, com o objetivo de orientar os trabalhadores, assegurando que tudo ocorra segundo o planejado. Nesse sentido: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 00005487320114025003, Rel. Juiz Fed. Conv. JULIO EMILIO ABRANCHES MANSUR, e-DJF2R 27.6.2017 11. Ademais, uma vez que os honorários nascem contemporaneamente à sentença e não preexistem à propositura da demanda, nos casos de sentença proferida antes do dia 18.3.2016, aplicar-se-ão as

normas do Código de Processo Civil de 1973 (STJ, 2ª Turma, REsp I636124/AL, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 27.4.2017). Dessa forma, devem ser invertidos os honorários fixados na sentença, condenando o demandado em RS 1.000,00 (mil reais) em favor do INSS.

12. Por derradeiro, tratando-se de ação de responsabilidade civil extracontratual do demandado, condenado a indenizar o INSS por ato ilícito - consubstanciado em sua negligência quanto às normas de segurança do trabalho- aplica-se, por analogia, o Enunciado da Súmula nº 54, do Superior Tribunal de Justiça, devendo os juros moratórios fluir a partir do evento danoso. Assim, os juros de mora são aplicáveis a partir de cada desembolso efetivo do benefício pelo INSS. Nesse sentido: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0005692- 44.2005.4.02.5001, E-DJF2R 15.2.2018; TRF2, 8ª Turma Especializada, AC 0002224-96.2010.4.02.5001, Rel. Des. Fed. MARCELO PEREIRA DA SILVA, E-DFJ2R 15.2.2017; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 00086312620074025001, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 23.6.2014. Em relação à correção monetária, devem ser aplicados os mesmos índices utilizado pelo INSS nos reajustes de seus benefícios. Nesse sentido: TRF2, 5ª Turma Especializada, APELRE 0000641-10.2009.4.02.5002, Rel. Des. Fed. ALCIDES MARTINS, E-DJF2R 1.3.2018.

13. Apelação provida.

Os Embargos de Declaração foram rejeitados (fl. 712, e-STJ).

A parte agravante, nas razões do Recurso Especial, sustenta que ocorreu, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil, 935 do Código Civil e 66 do Código de Processo Penal, sob este argumento:

(...) a pretensão punitiva deduzida na ação penal ajuizada pelo Ministério Público do Espírito Santo foi rejeitada, havendo absolvição do Diretor de Produção, Sr. Adriano Sisternas, da empresa Incospal Construções Pré -Fabricadas S/A, nos termos do Art. 386, IV, do CPP.

Contraminuta apresentada às fls. 815-820, e-STJ.

É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 12.8.2019.

Preliminarmente, constato que não se configurou a ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as

questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13/8/2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28/6/2007.

Na hipótese dos autos, a parte insurgente busca a reforma do aresto impugnado, sob o argumento de que o Tribunal *a quo* não se pronunciou sobre o tema ventilado no recurso de Embargos de Declaração. Todavia, observo que o acórdão impugnado está bem fundamentado, inexistindo omissão ou contradição.

Vale destacar que o simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os Embargos de Declaração, que servem ao aprimoramento da decisão, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida. Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL. ALEGADA OFENSA AOS ARTIGOS 273, 458, II, 473, 535, II DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E 11 DA LEI N. 8692/93. SÚMULAS 05 E 07 DO STJ. EM VIRTUDE DA FALTA DE ARGUMENTOS CAPAZES DE PROVOCAR UM JUÍZO DE RETRATAÇÃO, RESTA MANTIDA A DECISÃO ANTERIOR.

I - Os embargos de declaração são recurso de natureza particular, cujo objetivo é esclarecer o real sentido de decisão eivada de obscuridade, contradição ou omissão.

II - O simples descontentamento dos embargantes com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os embargos de declaração, que servem ao aprimoramento, mas não, em regra, à sua modificação, só muito excepcionalmente admitida.

(...)

VI - Agravo improvido (AgRg nos EDcl no Ag 975.503/MS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 11/09/2008).

Registre-se, portanto, que da análise dos autos extrai-se ter a Corte de origem examinado e decidido, fundamentadamente, todas as questões postas ao seu crivo, não cabendo falar em negativa de prestação jurisdicional.

No mérito, melhor sorte não assiste à parte insurgente.

A Corte regional entendeu que, "a respeito da absolvição criminal de suposta pessoa física responsável, convém ressaltar que não guarda relação de dependência com a ação civil que apure os mesmos fatos em relação à pessoa jurídica, em relação a qual se pretende ressarcimento".

Com efeito é entendimento do Superior Tribunal de Justiça que, em razão da relativa independência entre as instâncias cível e criminal, a absolvição no juízo criminal vincula o juízo cível apenas quando há reconhecimento da inexistência do fato ou comprovação da não autoria.

Contudo, a absolvição penal de pessoa física supostamente responsável pelo acidente de trabalho não impede a caracterização de

responsabilidade cível da pessoa jurídica ao ressarcimento ao INSS. Aliás, nesse caso, conforme entendimento atual do STJ, seria possível até mesmo a condenação criminal da empresa pelos mesmos fatos de que inocentada a pessoa física.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. TEORIA DA DUPLA IMPUTAÇÃO. PESSOA JURÍDICA QUE FIGURA ISOLADAMENTE COMO RÉ NA DENÚNCIA POR CRIME AMBIENTAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada pelos próprios fundamentos.

2. Este Superior Tribunal, na linha do entendimento externado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a entender que, nos crimes societários, não é indispensável a aplicação da teoria da dupla imputação ou imputação simultânea, podendo subsistir a ação penal proposta contra a pessoa jurídica, mesmo se afastando a pessoa física do polo passivo da ação.

Precedentes.

3. O trancamento de ação penal, somente deve ser acolhido se restar, de forma indubitável, comprovada a ocorrência de circunstância extintiva da punibilidade, de ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito e ainda da atipicidade da conduta.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no RMS 48.851/PA, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 26/02/2018)

A Corte Regional consignou:

Com efeito, para atribuição de responsabilidade nos autos da presente ação de regresso, convém perquirir os aspectos fáticos do acidente de trabalho em questão, bem como o cumprimento, por parte do Recorrido das normas de segurança e saúde do trabalhador, na forma do art. 19, §1º da Lei 8.213/91.

Nesse contexto, a procedência do pleito de regresso, formulado na forma do art. 120 da Lei 8.213/91, pressupõe ação dolosa ou negligência por parte das empresas demandadas, tendo em vista que o INSS somente atua na qualidade de segurador quando o sinistro decorrer de caso fortuito ou força maior.

(TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0100559-79.2012.4.02.5002, E-DJF2R 25.4.2017)

À luz da conclusão exarada no relatório de investigação de acidente de trabalho fatal, realizado pelo MTE, infere-se que

[...] Segundo a descrição das atividades para a função de meio oficial de produção, contida no programa de prevenção de riscos ambientais- PPRA da empresa, uma delas é a de auxílio de acabamento de peças (vide página 25 do PPRA). A atividade de acabamento das peças está prevista para a função de pedreiros/pedreiros de acabamento (vide página 34 do PPRA). No entanto, no momento do acidente, a vítima, único empregado na função de meio oficial de produção (página 25), exercia sozinho a atividade de acabamento. O PPRA não prevê risco de acidente para a atividade de acabamento das peças fabricadas (página 34). No mapa de riscos apresentado pela empresa não há a percepção de risco de acidente (grupo cinco - azul), no local onde o empregado se acidentou.

A maneira de calçar as peças deveria ser suficientemente adequada para impedir que o empregado pudesse sofrer esmagamento ao encostar-se numa delas (fl. 14) - grifo nosso.

Conquanto as testemunhas aleguem que havia reuniões semanais e que a empresa sempre se preocupou com as questões de segurança (fl. 497), ficou constatado nos autos que inexistiu análise prévia de risco da operação realizada pelo trabalhador.

Como bem destacado no relatório de investigação de acidente de trabalho supra, no mapeamento de risco elaborado pela recorrida, o local onde ocorreu o acidente não foi indicado como sendo de risco, mas, pela análise dos fatos, deveria tê-lo sido.

Outrossim, o fato de a vítima estar acostumada com o serviço não tem o condão de eximir a responsabilidade da empresa, quanto ao risco na atividade em comento. Ademais, como informado no relatório de investigação, a forma utilizada para calçar as peças foi insuficiente para impedir o acidente.

Daí se inferir que o sistema de calçamento é precário. Caberia à recorrida a fiscalização dessa forma utilizada, para minorar os riscos de acidentes como o ocorrido.

A recorrida defende, com base no depoimento da informante Cláudia Murus Gurgel (fls. 501/502), que, em tese, teria cumprido com os aspectos ergonômicos do ambiente laboral, uma vez que, mesmo que a vítima estivesse com o EPI, o acidente teria ocorrido.

Todavia, esse fato, de igual modo, não afasta a responsabilidade da recorrida em comprovar o cumprimento das normas relativas à segurança do trabalho. Ao revés, os equipamentos do ambiente laboral não eram compatíveis com a atividade exercida, havendo, por conseguinte, desrespeito aos itens 17.4.1 e 17.5.1 da NR I 7, in verbis:

17.4. Equipamentos dos postos de trabalho.

17.4.1. Todos os equipamentos que compõem um posto de trabalho devem estar adequados às características psicofisiológicas dos trabalhadores e à natureza do trabalho a ser executado. [...]

17.4.1 As condições ambientais de trabalho devem estar adequadas às características psicofisiológicas dos trabalhadores e à natureza do trabalho a ser executado.

Competiria à empresa demandada zelar pela segurança dos empregados que contrata, organizando suas atividades sem perder de vista os riscos a elas inerentes e o fornecimento equipamento adequado, além de manter supervisão, com o objetivo de orientar os trabalhadores, assegurando que tudo ocorra segundo o planejado. Nesse sentido: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 00005487320114025003, Rel. Juiz Fed. Conv. JULIO EMILIO ABRANCHES MANSUR, e-DJF2R 27.6.2017.

Destarte, depreende-se que as provas documentais colacionadas aos autos apontam a negligência do recorrido quanto aos padrões de segurança do trabalho aplicáveis ao caso concreto, verificando-se nexo causal suficiente para o ressarcimento.

Ademais, o reexame da questão é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial".

Diante do exposto, **conheço do Agravo para negar provimento ao Recurso Especial.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator